

**CONSELHO DE CLASSE: RELAÇÕES ENTRE DOCENTES E
DISCENTES DA ESCOLA ESTADUAL DOM PEDRO II EM OURO
PRETO -MG**

Neide das Graças Bertolini
Otávio Marlon dos Santos Silva
Barbara Gonçalves da Costa

Resumo: O texto descreve a nossa experiência como professores residentes durante um Conselho de Classe na Escola Estadual Dom Pedro II. Durante a reunião, os professores decidiram parte do futuro discente, a partir de notas, comportamentos e questões pessoais, revelando uma realidade que nunca havia sido vivenciada por nós. Buscamos refletir sobre as possíveis razões que levam docentes a tratar discentes de maneira inóspita, ao tentar entender o caminho percorrido por professores mais experientes. A partir daí, nos apoiamos no artigo de Carmen Lúcia Guimarães de Mattos, que analisa o ensino público do Rio de Janeiro e acompanha duas turmas da quarta série do Ensino Fundamental, suas professoras e os Conselhos de Classe. O texto também aborda a falta de abertura para discussões sobre as práticas pedagógicas de professores e a importância de considerar as competências gerais da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) para desenvolver uma ação mais condizente com as práticas pedagógicas contemporâneas. Por fim, o texto enfatiza a necessidade de não depositar somente em discentes a responsabilidade pelo fracasso escolar, mas, sim buscar soluções que contemplem todos as pessoas envolvidas no processo de ensino e aprendizagem: discentes, familiares e docentes, entre outro(a)s educadores da escola, vem como o sistema de ensino vigente.

Palavras-chave: Residência pedagógica – Conselho de Classe – BNCC – sala de aula – docente.

INTRODUÇÃO

Ao iniciar no Projeto Residência Pedagógica em Artes na Escola, temos experienciado o que é, de fato, a prática docente. Iniciamos as atividades em novembro de 2022, juntamente com o professor de Artes Samir Antunes da Silva, portanto, em dezembro já tivemos a oportunidade de observar a realização do Conselho de Classe em uma escola exclusivamente

de Ensino Médio. Também vivenciamos, entre fevereiro e abril de 2023, o planejar das aulas, o seu desenvolvimento, a elaboração de questões, as avaliações e, por fim, a atribuição das notas, nas turmas do Terceiro Ano do Ensino Médio da Escola Estadual Dom Pedro Segundo, localizada em Ouro Preto – MG.

Nesse contexto, quando participamos da reunião de Conselho de Classe com o Preceptor e demais residentes, nos deparamos com uma realidade que nunca havia vivenciado: docentes decidindo sobre o futuro escolar discente, a partir das notas, do comportamento e de suas questões interpessoais. Assim, numa atmosfera de catarse, presenciamos uma reunião na qual os/as docentes desabafavam sobre suas angústias e receios e expurgavam a raiva (ou um sentimento parecido) que sentiam acerca de discentes dentro do contexto pedagógico.

Desse modo, refletimos a partir da minha perspectiva como residentes, quais são as possíveis questões que surgiram nas vivências desses/dessas docentes para que tratassem certos/as discentes com rancor, não justificando as falas que foram expostas, mas, sim, tentando entender o caminho percorrido por esses docentes que estão há anos no magistério, e quando o discurso pedagógico ganha um teor de vingança pessoal, o que pode ser entendido como um aspecto de adoecimento psicossocial escolar. A partir disso, dialogamos com a pesquisadora Carmen Lúcia Guimarães de Mattos (2005) a partir de seu artigo “O Conselho de classe e a construção do fracasso escolar”, que se debruça em analisar aspectos do ensino público do Rio de Janeiro, ao acompanhar duas turmas da quarta série do Ensino Fundamental, suas professoras e os conselhos de classe.

Além disso nos empenhamos em refletir sob a ótica de algumas competências gerais da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), no intuito de compreender o que foi vivenciado no Conselho de Classe, juntamente com o que entendemos que sejam ações mais condizentes com as práticas pedagógicas que, também, experimentamos, inclusive ao longo de nossa licenciatura em Artes Cênicas.

METODOLOGIA

Em dezembro de 2022 em uma das salas de aula da Escola, se iniciava mais um Conselho de Classe entre professores e coordenação pedagógica, para resolver questões administrativas e deliberar sobre a aprovação dos/as discentes, suas notas e a recuperação final do ano nessa escola de Ensino Médio. Como residentes, nos atentamos a acompanhar a reunião e entender seu funcionamento, pois, esta era a primeira vez que presenciávamos uma reunião dessa ordem. À princípio, a situação dos/as discentes eram expostas para fins pedagógicos de

correção de notas das disciplinas e comentários sobre participação, rendimento e comportamento em sala de aula ao longo do ano.

Porém, a partir dessa verificação de notas, diversos comentários de cunho pessoal começaram a surgir, alegando, por exemplo, que certo aluno merecia ir para recuperação final, mesmo com nota suficiente, pois, sua postura em sala foi desagradável e inconveniente no decorrer dos bimestres, na opinião de muitos professores. Outrora, uma professora comentava que certo aluno “tinha algum problema”, no intuito de dizer que ele possuía deficiência cognitiva. Além disso, alguns professores entraram em acordo para tirar ponto de certo aluno, no intuito de deixá-lo em recuperação, em decorrência de um comportamento que os professores consideraram inadequado. É certo dizer que alguns/algumas docentes não compactuaram com tais atitudes e interviram, quando acharam necessário, em desacordo com certos posicionamentos de colegas.

Diante dessa experiência, mediante o artigo de Mattos (2005), Doutora em educação pela Universidade da Pensilvania, apontamos o seguinte pensamento:

Em primeiro lugar, os Conselhos de Classe avaliam apenas alunos e alunas, não a interação pedagógica: a professora encontra neles poucos mecanismos que incitem o questionamento de sua prática. Em segundo lugar, não há propriamente discussão dos casos de alunos e alunas: as professoras parecem esperar de seus colegas apenas um referendo que valide a imagem de alunos e alunas que elas construíram no decorrer do ano letivo (MATTOS, 2005, p. 218).

A partir desse trecho citado, concordamos que nos Conselhos de Classe, comumente, os professores se empenham em avaliar os/as discentes, pontuando suas questões problemáticas, porém, parece não haver nenhuma discussão no que tange ao as práticas pedagógicas dos/as próprios/as docentes,. Ademais, nesse espaço, os/as docentes podem se sentir mais confortáveis para pontuar suas opiniões sobre determinados/as discentes, na esperança de validação dos/as demais colegas de trabalho, mesmo que isso ultrapasse o limite de análise pedagógica. Diante disso, entendemos que os/as discentes depositaram nas turmas, por vezes, seus preconceitos e suas aspirações individuais, o que, de certa forma, afetou de maneira negativa a avaliação, acarretando, assim, em alguma medida, o fracasso escolar discente.

Nesse contexto, ressaltamos que durante o Conselho de Classe ouvimos algumas falas de cunho discriminatório, como por exemplo, o caso de dois adolescentes transexuais, um que recebe apoio da família e outro que foi proibido pelos seus responsáveis de usar seu nome social e de usar o banheiro masculino. No segundo caso, alguns/algumas docentes relataram não saber lidar com o aluno e que usavam o nome de registro, em função pedido da família, visto que

ignoraram o fato do aluno ser um indivíduo com direitos e vontades próprios. Com efeito, Mattos (2005) continua:

Não raro encontramos no discurso das professoras expressões pejorativas, no limite da grosseria, que desumanizam seus alunos e alunas. Levantamos a hipótese de que elas procedem assim no intento de expressar sua indignação pelas dificuldades educacionais inerentes ao processo de aprendizagem, que lhes parecem insuperáveis — sem pensar nas conseqüências (sic) que tais locuções podem ter sobre a autoestima das crianças (MATTOS, 2005, p. 224).

Ao trazermos essa reflexão para o contexto do Ensino Médio, é possível entender que, muitas vezes, certos docentes desumanizam ao/as discentes, afastando deles/as a possibilidade de errar e de serem afetados/as por questões externas do contexto escolar, que poderiam ser trabalhadas de maneira pedagógica na escola, ao se considerar a adolescência e as questões identitárias e de gênero, tão marcantes na atualidade. É possível dizer que todo esse descontentamento por parte dos/as docentes tenha como fonte o cansaço e o cotidiano maçante que o ambiente escolar pode acarretar. Porém, tentamos nos esforçar como docentes residentes em nossas aulas, para o as turmas realizem as atividades e passem por uma justa avaliação, conforme está descrito na BNCC, ou seja, é preciso:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2018, p.10).

Por esse viés, nas aulas de Artes que desenvolvemos em conjunto com o Preceptor Samir Antunes da Silva, foi proposto para as turmas a produção de contos coletivos, onde cada aluno/a escrevia uma parte e, no fim, tinham uma história completa. Percebemos que muitos/as discentes tinham preguiça da escrita, porém a maioria deles/delas fizeram a atividade e aceitaram o desafio. Entretanto, ressaltamos que esses momentos de falta de participação discente nos desanimavam de forma intensa, visto que tivemos que nos controlar para não deixar esse desânimo sobressair em nossa postura docente.

A importância de uma aula com interação entre os dois lados mostra como é complexo lidar com uma sala que, por vezes, possui mais de quarenta alunos. É muito difícil desdobrar e desenvolver um conteúdo ao qual todos se sintam contemplados e atentos, já que a falta de sensação de conforto naquele espaço é algo latente. Tornar o espaço escolar mais acolhedor e funcional para a interação dos alunos por muitos momentos parece ser algo inalcançável, pois, a falta de estrutura, e a superlotação dificultam cada vez mais um contato de proximidade e compreensão entre professor e aluno. Bell Hooks em sua obra *Ensinando a Transgredir – Educação como prática de liberdade*, diz como os professores, em uma posição política, dão graves sinais quando o corpo discente mostra querer ser tratado como seres humanos integrais, ou seja, que suas vivências e experiências também sejam consideradas importantes e

complexas, os tornando assim mais do que absorvedores de conhecimento. Tal posicionamento, não coincidentemente, também é observado nas universidades, onde a hierarquia e o poder parecem ser mais importantes do que tudo.

É certo que eu era ingênua ao imaginar, durante o ensino médio, que receberia orientação espiritual e intelectual da parte dos escritores, pensadores e acadêmicos no contexto universitário. Encontrar uma tal coisa seria o mesmo que descobrir um tesouro precioso. Aprendi, junto com os outros alunos, a me dar por contente se encontrasse um professor interessante capaz de falar de maneira envolvente. A maioria dos professores não estava nem um pouco interessados em nos esclarecer. Mais do que qualquer outra coisa, pareciam fascinados pelo exercício do poder e autoridade dentro do seu reininho – a sala de aula. (HOOKS, 2013, p.30)

A prática de uma educação bancária eleva a concepção de produto. O conhecimento e compartilhamento se torna em prol de uma perspectiva deturpada do que é realmente aprender. Consigo ver nas salas de aula grande desenvolvimento processual, se bem avaliado, porém, a necessidade de uma prova que comprove única e incontestavelmente a inteligência do aluno é uma questão ainda a ser trabalhada. Nesse sentido, entendo que a avaliação do(a)s discentes deve partir, exclusivamente, do que foi trabalhado e feito em sala de aula e, tendo isso em vista, foi a postura tomada por nós enquanto docentes. Assim, nosso objetivo é propiciar experiências interessante aos alunos e alunas, visto que a avaliação é uma parte importante do processo e deve ser tratada com seriedade e respeito em relação às turmas.

Diante disso, entendemos que o cansaço pode vir a afetar meu trabalho em sala de aula, mas, devo buscar maneiras de forma que eu não desconte nos/as discentes minhas frustrações individuais ou profissionais. Por isso achamos interessante dialogar, a partir da experiência vivida no conselho de classe, uma vez que ela me fez refletir sobre minhas práticas pedagógicas e entender, que, também corro o risco de reproduzir situações semelhantes, ou problemáticas do ponto de vista educacional, na carreira docente porvir. Entretanto, refletir sobre os limites docentes e sobre a realidade escolar e discente pode ser uma maneira de prevenir os atropelos citados, de forma a buscar relações horizontais de respeito, solidariedade e mudanças nos processos educacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dessa maneira, como proposta temática para o segundo bimestre das turmas de terceiro ano do Ensino Médio, nós, os residentes Otávio Marlon dos Santos Silva e Bárbara Gonçalves da Costa em conjunto com o preceptor Samir Antunes, decidimos trabalhar com o teatro popular e suas ramificações no Brasil. Assim, nas primeiras aulas nos dedicamos em desenvolver com os/as discentes um estudo acerca da história, cotidiano e características teatrais dos grupos de

Commedia Dell'Art surgidos na Itália. Logo, tratamos de questões pertinentes ao teatro popular, como seu público-alvo que é a população em geral, sua linguagem acessível e de fácil entendimento, seu caráter, muitas vezes, itinerante, dentre outras.

Nesse contexto, para possibilitar um contato ainda maior com a realidade dos grupos de Commedia Dell'Art, e, conseqüentemente, com o teatro popular, nós reservamos a biblioteca da escola para a realização de uma aula neste espaço, visto que trabalhamos com cenas do filme "A viagem do Capitão Tornado"- um filme italiano que aborda o cotidiano de um grupo de atores da Commedia Dell'Art e suas angústias, conquistas e problemas pessoais e profissionais-deixando assim toda a contextualização ainda mais entendível para os alunos. Para mais, esta aula também foi pensada como uma forma prática e visual para a participação de um aluno surdo de uma das turmas, já que assim a troca de conhecimento é mais eficaz e interessante tanto para ele, quanto para o restante da turma.

Nesse ponto, já podemos tecer reflexões sobre os discentes dentro de sala de aula e fora dela. É certo dizer que não é incomum os/as alunos/as questionarem o fato de as atividades serem feitas em sua maioria na sala de aula. Desse modo, corroborando com as questões já citadas que nos levaram a reservar uma aula na biblioteca, pensamos que poderíamos atender a esse anseio tão inflamado por muitos/as discentes. Porém, na prática, a conversa entre grupos, o uso do celular e até mesmo a soneca na sala de aula se fizeram presentes durante a exibição das cenas do filme, o que não foi de encontro com o acordo feito antecipadamente com as turmas. Então, ao mesmo passo que muitos/as discentes cumpriram o acordo e assistiram ao filme com seriedade, muitos/as não o fizeram adequadamente, o que nos levou a concluir que no espaço de troca entre discentes e docentes deve existir uma comunhão em relação ao que será estudado e a forma que será feita, pois, ao contrário, o processo de ensino e aprendizagem não se desenvolve.

Dando continuidade com o desenvolvimento do plano de ensino, nesse ponto, o foco estava em ampliar as noções de teatro popular e suas concepções quando contextualizada no Brasil. Nesse viés, trouxemos o teatro de rua e o circo como exemplos de teatro popular de grande importância para a arte brasileira. Feito isso, traçamos comparações entre o teatro erudito e teatro popular, pontuando as especificidades de cada um em relação ao fazer teatral. Aqui, é importante ressaltar que nessas comparações o foco é elucidar diferenças entre um e outro e não definir qual é melhor ou mais interessante. Por fim, após esta exposição teórica era chegada a hora de explicar e passar o trabalho do segundo bimestre: seminários temáticos.

Em suma, o planejamento dos seminários se deu da seguinte maneira: em grupos de no máximo cinco pessoas; tempo máximo de apresentação de dez minutos; proibido o uso de

celulares durante a apresentação; permitido o uso de notas e anotações; formato da apresentação livre (roda de conversa, slide, etc); temas: teatro lambe-lambe, teatro mamulengo, bumba meu boi, circo, grupo galpão.



Discentes assistindo o filme "A viagem do Capitão Tornado". Fonte: acervo pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de importância ressaltar a necessidade, não somente dos professores, mas dos adultos em geral, em enxergarem a criança e o adolescente como mais do que um ser no qual acreditam estar ali somente para aprender e absorver este conhecimento. A sala de aula como um todo contempla em seu interior uma diversidade de pessoas, com características físicas e ideológicas diferenciadas. Focando neste momento na fase da adolescência, pela qual os alunos da Escola Municipal Dom Pedro II se encontram, é possível perceber como a uma minimização em relação ao sentimentos e momentos daqueles discentes que se encontram em um período de extrema significância para o seu crescimento como uma pessoa com identidade própria em seu meio social. Discentes não são, apenas, absorvedores de conhecimento, e docentes não são detentores de toda a sabedoria suprema do mundo. Um equilíbrio é necessário para que as razões pessoais não interfiram por vezes na nota do aluno, já que o corpo docente possui sim dentro daquela instituição o poder de definição do futuro de uma pessoa.

Dessa forma, experienciamos um conselho de classe dentro do ensino público na escola de Ensino Médio, em Ouro Preto, de forma que as questões de identidade e gênero precisam ser consideradas. A partir dessa vivência, tecemos em nossas práticas, possibilidades outras no

questo da avaliação discente, visto que nos debruçamos em refletir sobre nosso papel e sobre como fazer, de maneira eficaz e justa, os encaminhamentos dos processos didáticos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

HOOKS, Bell; Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade / tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2013.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. O conselho de classe e a construção do fracasso escolar. Educ. Pesqui. São Paulo, v. 31, n. 02, p. 215-228, ago. 2005. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022005000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 abr. 2023